



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

PDL 84/10

JUSTIFICATIVA

Eduardo Leite (Bacuri) nasceu em 28 de agosto de 1945, na cidade de Campo Belo, Minas Gerais. Mudou-se para São Paulo junto à sua família, onde estudou e, mais tarde, iniciou sua militância política integrando o movimento esquerdista POLOP (Política Operária). Serviu ao Exército em 1967, integrando a 7ª Companhia de Guarda e, em seguida, no Hospital do Exército. Quando encerrado o serviço militar, passou a trabalhar como técnico de telefonia. Já em 1968, embora tenha militado na organização política armada VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), preferiu retirar-se a fim de fundar a REDE (Rede Democrática), mas em razão do desmembramento do grupo, aliou-se à ALN (Ação Libertadora Nacional).

Ao renunciar à vida de técnico de telefonia para assumir, definitivamente, a militância política, deixou de ser conhecido como Eduardo Leite e passou a ganhar notoriedade como Bacuri, um militante especializado em operações de grande risco. Tamanha era sua eficiência que foi um dos mais procurados e temidos pelos agentes da ditadura. Seu rosto estampava os cartazes que anunciavam sua procura ao lado de Carlos Marighella (líder da ALN).

Bacuri foi preso em 21 de agosto de 1970, sob o comando do delegado Sérgio Paranhos Fleury. O CENIMAR-RJ (Centro de Informações da Marinha - Rio de Janeiro) e o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) foram os primeiros cenários da crueldade sofrida por Bacuri. Posteriormente, foi transferido para uma residência particular e lá continuaram as sessões de tortura. A intensidade de seus gritos assustava os vizinhos e, conseqüentemente, a polícia foi chamada para apurar o que acontecia naquela casa. No local, os policiais do Distrito foram informados que a equipe do delegado Fleury ali agia, não intervieram, sugerindo apenas que as torturas fossem realizadas num outro lugar. Eduardo retornou ao CENIMAR-RJ e logo foi removido



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ao 41º Distrito Policial de São Paulo, órgão em que o delegado titular era Sérgio Fleury. Outras transferências para o CENIMAR-RJ, em seguida à sede do DOI-CODI, indicaram a postura cruel dos órgãos da Ditadura Militar. Decidiram, por fim, que ele ficaria no DEOPS-SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social - São Paulo), sob cárcere, numa cela isolada dos demais presos, reservada aos considerados mais perigosos.

Em 25 de outubro de 1970, a imprensa publicou uma nota oficial do DEOPS-SP, informando a morte de Joaquim Câmara (líder da ALN), ocorrida dois dias antes. Nessa mesma nota foi noticiada uma suposta fuga e possível morte de Bacuri, que foi desmentida por cerca de 50 presos políticos, que afirmaram que seu estado físico o impossibilitava de fugir, uma vez que não conseguia nem ao menos se manter em pé, tendo que ser carregado às sessões de tortura. No mesmo dia, o tenente-Chiari (comandante da equipe de choque do DEOPS) mostrou a Eduardo o jornal que informava tais notícias a seu respeito. Seus companheiros de cárcere souberam o que estava se passando, e, assim, iniciou-se uma vigília incessante com o intuito de inibir sua execução. Na tentativa de frustrar a vigilância dos presos, Luiz Gonzaga dos Santos Barbosa (delegado responsável pela carceragem do DEOPS-SP) ordenou o remanejamento total dos presos, a remoção de Bacuri a uma cela que não estivesse sob os olhares dos outros, a lubrificação das dobradiças para que não produzissem ruídos e, por fim, a exclusão do nome de Bacuri da lista de presos daquelas dependências.

No dia 27 de outubro, Eduardo saiu da cela arrastado pelos braços, pois suas forças já não existiam. Seus companheiros, desesperados, gritavam e protestavam batendo canecos e pratos nas portas das celas. Foi a última vez que Bacuri foi visto vivo por aqueles que o conheciam. Os carcereiros do DEOPS alegaram que ele fora transferido ao andar superior para um possível interrogatório; os policiais que integravam a equipe do delegado Fleury afirmavam não saberem de seu paradeiro. Somente um policial, conhecido como Carlinhos Metralha, disse que Bacuri foi conduzido ao sítio particular de Sérgio Fleury, onde praticava-se a tortura de presos



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

tidos como especiais, ou que tinham sua morte anteriormente decretada, com o intuito de ocultarem seus cadáveres.

A morte de Eduardo Leite ocorreu em 7 de dezembro 1970, foi noticiada pelos jornais no dia seguinte, 109 dias depois de sua prisão e 42 dias após seu sequestro no DEOPS-SP. Entretanto, como era de praxe da mídia conduzida pela ditadura, a morte de Bacuri foi apresentada de maneira diferente: Eduardo era dado como morto em um tiroteio ocorrido no município de São Sebastião, litoral de São Paulo. Foi evidente o objetivo da notícia: impossibilitar a inclusão do nome de Bacuri na lista de pessoas que seriam trocadas pela soltura do Embaixador da Suíça, que se encontrava no Brasil, sequestrado no dia 7 de dezembro, data em que Eduardo ainda era tratado como foragido.

O delegado José Arary Dias de Melo, de Santos, solicitou um exame necroscópico, e, misteriosamente, constatou-se que não houve tortura e que Eduardo viera a falecer, de fato, em um tiroteio.

O corpo de Bacuri foi mostrado à sua família num estado que causava espanto a todos; havia a presença de escoriações, hematomas, queimaduras, cortes intensos, dentes quebrados e arrancados, olhos vazados, orelhas decepadas, dois tiros no peito e outros dois na cabeça, características essas testemunhadas por Denise Crispim, viúva e mãe de Eduarda, filha que Bacuri, nascida no exterior, que não pôde conhecer o pai porquanto o próprio governo desfez os laços familiares outrora existentes.

Eduardo Leite colocou sua vida a serviço da Cidade de São Paulo e do nosso país resistindo a Ditadura Militar. Teve a coragem de abandonar o conforto de seu lar, a segurança de uma vida encaminhada, para combater um regime opressor, ditatorial que torturou e assassinou seus opositores, sendo justa a homenagem que lhe será concedida por esta Casa, tornando-o Cidadão Paulistano.